



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 12/94

3º. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 1993

07 de Julho de 1994

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Anibal Ramos, Tremço de Brito, D<sup>a</sup>. Maria Helena Nogueira, Catolino Pinto, Rui Filipe Casimiro, D<sup>a</sup>. Isabel Ferreira, João Vieira e Joel Monteiro, conforme consta da relação anexa.

### I - ORDEM DE TRABALHOS

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, do Plano de Actividades e Orçamento da C.M.A. para o ano de 1994.

### II - TOMADA DE POSSE

O Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontra na Mesa o pedido de suspensão do mandato do Sr. António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes por um período indeterminado que pôs a votação, sendo aprovado por unanimidade dos 26 membros presentes. De seguida foi dada posse ao Sr. Arlindo Gouveia Lopes, como membro da Assembleia, elemento a seguir da mesma lista do Sr. António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes (Documento em anexo a esta acta).

### III - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.



#### IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito o Sr. Ludgero Lourenço para falar sobre os Bombeiros Voluntários da Amadora, dizendo que estão com muitas dificuldades.

#### V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Presidente da Assembleia antes de dar a palavra aos membros da Assembleia falou sobre os Serviços de Apoio à A.M.A., dizendo que a Mesa da Assembleia, desde que tomou posse chama a atenção da Câmara para a situação destes Serviços e dos graves problemas que se levantam ao funcionamento da Assembleia e particularmente aos membros da Mesa devido a uma situação que era inesperada. Disse ainda que, logo no princípio de Janeiro, solicitou à Câmara que providenciasse uma solução alternativa e que essa solução não só não foi encontrada como não teve qualquer resposta ao seu pedido e também que depois disso, por várias vezes a Mesa se dirigiu, em Sessões da Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara para que a situação fosse resolvida, pelo que a Mesa fez tudo o que estava ao seu alcance para resolver a situação e não o conseguiu, mas que a Assembleia pode fazê-lo dentro das normas regimentais e ainda que, depois de tudo o que a Mesa fez, não pode aceitar suspeições de qualquer género. De seguida disse que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Alves Nunes, Francisco Mota, Carlos Reis, Alberto Lourenço, Orlando Gonçalves, Rui Amendoeira e António Filipe.

O Sr. Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre as obras na via pública, dizendo que a Rua Gonçalves Ramos ainda está em fase de acabamentos, parte da calçada, isto é, o troço que vai do Supermercado Europa até à antiga Passagem de Nível e que o asfaltamento foi lançado, mas que está cortada pela E.D.P. para a colocação de cabos subterâneos, pelo que espera que isto não volte a acontecer, pois espera que o Regulamento do Subsolo, já aprovado, entre de imediato em vigor para que se venham a evitar situações desta natureza e também que estranha que a EDP estivesse quase que à espera da conclusão das obras para ela fazer obras e por fim disse que está em execução o resto da Av.<sup>a</sup> Elias Garcia, no troço entre a antiga Passagem de Nível e o Supermercado Europa, dizendo que já alertou os funcionários para que, antes da conclusão das obras, a EDP coloque os candeeiros para evitar situações como a da Rua Gonçalves Ramos.





*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Leizal' and 'Fagundes'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Sr. Francisco Mota, na sua intervenção, falou sobre os Serviços de Apoio à A.M. A., dizendo que já falou sobre este assunto em Sessões anteriores e também que foi no anterior mandato que foi resolvido e pedida a remodelação destes serviços; a moção aprovada em reunião da Câmara sobre a proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa, dizendo que teve conhecimento desta aprovação e também que nessa reunião da Câmara, onde esteve presente, teve conhecimento, através de um vereador, que a Comissão de Segurança reuniu e não emitiu nenhum qualquer parecer, pelo que pretende saber qual a razão e por fim sobre os parómetros, dizendo que viu na televisão este problema ser focado e também que já há várias pessoas com bastantes multas e deixam o caso ir para Tribunal para ser resolvido e ainda que existem muitas queixas, quer dos comerciantes, quer dos residentes onde estes se encontram instalados.

O Sr. Presidente da Assembleia respondeu às questões colocadas sobre a remodelação dos Serviços de Apoio, dizendo que a Mesa assume a sua responsabilidade, bem como, toda a crítica, mas que a responsabilidade, em si, é da Câmara, pelo que esta é que deve ser interpelada. De seguida o Sr. 1.º Secretário, por delegação do Sr. Presidente da Assembleia, falou sobre a proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa, dizendo que deu entrada na Assembleia para ser apreciado pela Comissão de Segurança e para que esta emitisse um parecer, mas como já tinha acabado o prazo para envio de pareceres, ligou para o Governo Civil a perguntar se a Comissão emitisse um parecer, este ainda poderia ser enviado e tomado em consideração, tendo-lhe sido respondido que sim. Após esta resposta, a Comissão reuniu e como as questões levantadas eram muito vastas e não havendo tempo suficiente para emitir o parecer unanimemente coerente para ser enviado, o não foi, mas que tinha conhecimento de outras entidades já tinham enviado o seu parecer e que as questões levantadas pela Comissão estavam contempladas nesses pareceres, pelo que a Comissão resolveu não emitir qualquer parecer e também que dessa decisão foi dado conhecimento à Assembleia em Sessão anterior. Após estas explicitações interveio o Sr. Carlos Reis para falar sobre a proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa; os Serviços de Apoio à Assembleia e por fim sobre o processo do Babilónia.

O Sr. Alberto Lourenço, na sua intervenção, falou sobre a Comissão de Segurança, dizendo que faz parte dessa Comissão e não foi convocado, pelo que não pôde estar presente na discussão da proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa e também que espera que isso não volte a acontecer.



O Sr. Orlando Gonçalves, na sua intervenção, falou sobre o processo do Sr. Helder Correia, perguntando se já chegou a resposta, por escrito, da Câmara ao pedido feito pela Assembleia e por fim sobre uma Rua na Reboleira, dizendo que está intransitável e que pensa que é da responsabilidade do Sr. Helder Correia.

O Sr. Rui Amendoeira, na sua intervenção, falou sobre o processo do Sr. Helder Correia, perguntando, também, se já foi dada alguma resposta, pela Câmara, à solicitação feita pela Assembleia; a Mesa da Assembleia, dizendo que se o PS quizer pode apresentar uma moção de censura à mesma e também que está a trabalhar, tão bem, ou melhor que a do mandato anterior e por fim sobre os Serviços de Apoio à Assembleia, perguntando à Câmara para quando a conclusão das obras.

O Sr. António Filipe, na sua intervenção, falou sobre a proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa, dizendo que se congratula com o facto de a Câmara aprovar uma moção sobre esta matéria e também que não está de acordo com esta proposta e por fim sobre os graves problemas que existem no Concelho sobre segurança e também a falta de meios policiais para resolver a situação.

O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder a algumas questões colocadas pelos membros da Assembleia, tais como, as obras nos Serviços de Apoio à Assembleia, dizendo que a reformulação foi solicitada pela Mesa do anterior Mandato e que o projecto elaborado pelos técnicos da Câmara foi aprovado pela Mesa da Assembleia em todos os seus pormenores incluindo a côr e sobre o mobiliário dizendo que foi feito um concurso e adjudicado a uma firma a que por sinal não se poderia adjudicar devido a essa empresa ter problemas com o Tribunal, mas que a Câmara, conjuntamente com a Mesa da Assembleia tem vindo a tratar desse problema de maneira a que, caso tenha de ser alterada a côr, se possa fazer, bem como em termos de mobiliário; a proposta de Regulamento Policial, dizendo que obriga a consulta pública; o estacionamento condicionado, dizendo que a Câmara resolveu este problema e também que o Regulamento foi aprovado pela Assembleia; o processo do Sr. Helder Correia, dizendo que reuniu com a Comissão de Urbanismo onde informou sobre questões relacionadas com o mesmo e por fim sobre a Rua da Reboleira, dizendo que é da responsabilidade do Sr. Helder Correia o arranjo da mesma e que já deveria estar arranjada e que até ao momento ainda o não foi. O Sr. Presidente da Assembleia respondeu ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que não foi cumprido o que foi acordado, pois no projecto inicial a côr não era a que está e que a Mesa da Assembleia foi confrontada já com aquela côr e tam-





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

bém que lhes foi explicado que dado o atrazo das obras e que aquando da montagem dos painéis, a empresa que os fabricava tinha falido, pelo que foi decidido por aquela côr mas que a Mesa solicitou que fosse reposta a côr inicial do projecto e que a Mesa faz questão de honra de respeitar todas as iniciativas, sobre este assunto, assumidas pela Mesa anterior. Disse ainda que a Mesa está disposta a aceitar a côr que está, pois apareceu um orçamento para a mudança da côr que para ele é exorbitante e por fim sobre o mobiliário, dizendo que quando chegou a altura de escolher o mobiliário a empresa já tinha falido, pelo que a Mesa teve de fazer duas opções de escolha e que solicitou à Câmara para que fizesse uma aquisição directa para evitar mais demoras. Após estas informações, disse que se encontra na Mesa uma moção apresentada pela bancada do PS sobre os incidentes passados na Ponte 25 de Abril e que passou a ler, pondo-a de seguida a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 membros presentes. Após esta votação, intervieram os Srs. José Teodoro, Luis Francisco e Alves Nunes.

O Sr. José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre a proposta de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa, dizendo que os elementos do PSD pertencentes à Comissão de Segurança, na reunião desta, foram bastante críticos a esta proposta de Regulamento.

O Sr. Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre a auto-construção na Rua de Alforneiros, perguntando o que é que está definido para aqueles dois projectos de auto-construção; a Rua do Município, dizendo que existe ali um prédio sem construído que dá abrigo aos marginais e toxicodependentes e que dá um mau aspecto à Rua e por fim sobre as máquinas de jogos que estão instaladas em vários Cafés da Brandoa, dizendo que a Câmara deu parecer favorável e que este parecer é vinculativo, pelo que pergunta o que é que a Câmara vai fazer para tratar deste problema.

O Sr. Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre a proposta de Regulamento Policial, dizendo que este lhe chegou às mãos na véspera da reunião e depois dos 30 dias que eram dados para poderem ser apresentadas reclamações e também que por isso não tiveram tempo de analisar o documento devidamente e por fim que a CDU foi bastante crítica a esta proposta.

Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia, informou que deu entrada na Mesa um requerimento a solicitar o prolongamento deste período, lendo-o de seguida e, após a leitura, pô-lo a votação, sendo aprovado por maioria com 32 votos a favor e 1 contra (Documento em anexo a esta acta). De seguida intervieram na discussão da moção os Srs. Carlos Reis, D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado, Manuel Jerónimo e José Teodoro.



Nesta altura, o Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa um requerimento a solicitar, que com prejuízo dos oradores inscritos se passe de imediato à votação da moção em discussão e de seguida leu-o. Após esta leitura, pôs o documento a votação, sendo rejeitado por maioria com 17 votos contra e 16 a favor (Documento em anexo a esta acta). Finda esta votação, o Sr. Presidente da Assembleia informou, que por se ter esgotado o tempo deste período, a discussão da moção continuaria em próxima Sessão e por fim deu este ponto por encerrado.

#### VI - ORDEM DE TRABALHOS

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, do Plano de Actividades e Orçamento da C.M.A. para o ano de 1994.

O Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, e de seguida foi lido o Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças pelo Sr. 1º. Secretário (Documento em anexo a esta acta). Após esta leitura intervieram na discussão desta proposta os Srs. Armando Domingos, Vitor Andrade, Justino Silva, Drª. Maria João Ferreira, Carlos Reis, José Teodoro, Jorge de Lemos, Francisco Mota, José Fernandes, Luis Francisco, Jaime Garcia e Presidente da Câmara para dar as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi o Plano de Actividades posto a votação, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 8 abstenções (Documento em anexo a esta acta). De seguida foi posto o Orçamento a votação, sendo aprovado também por maioria com 24 votos a favor e 8 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia em exercício, a deliberação foi tomada em minuta.

Foram feitas declarações de voto pela Dª. Maria João em nome da bancada do PSD (Documento em anexo a esta acta) e o Sr. Pedro Cordeiro em nome da bancada do PS.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 01.44 horas.

